

Reflexões sobre as interações (e demandas) que se organizam à margem do fazer acadêmico no trabalho de campo¹

Denise Dias Barros, USP-São Paulo²

talvez porque a vida seja como uma viagem

Ruy Duarte de Carvalho

A reflexão focaliza uma situação de pesquisa em África, em região e campo não comumente frequentado pela antropologia brasileira, a fim de discutir diferentes ordens de dimensões complementares. Na primeira discuto por um lado como se estabelece o contrato e as negociações de interesses - nem sempre convergentes - entre pesquisadores e colaboradores e os sentidos a pesquisa e a presença do/a pesquisador/a adquirem em suas vidas e em seus espaços sociais. Por outro lado, questiono a dimensão da construção da autoria ou das autorias em um processo de trabalho coletivo, mas assimétrico. Na segunda, abordo os lugares de enunciação para a construção de interlocutores na própria academia, envolvendo o debate em congressos e workshops internacionais e na busca de financiamento para pesquisa.

O trabalho de campo em questão: contexto e preocupações fundamentais

A noção de reflexibilidade conheceu um interesse renovado nos anos 1980, no contexto das ideias de desconstrução dos postulados de verdade da ciência. Entendo que a compreensão dos fenômenos não são reflexos do real, mas uma *construção do espírito que levanta problemas* (MORIN, 1987, p.19), sendo, portando ao mesmo tempo objetivos e subjetivos.

Nosso objetivo central é analisar solicitações dos atores sociais dirigido aos pesquisadores, solicitações que podem se intensificar e, mesmo, transformar-se no trabalho etnográfico de longa duração. Trata-se de discutir como se estabelece o contrato e as negociações de interesses - nem sempre convergentes - entre pesquisadores e colaboradores, individualmente e coletivamente. As relações entre as estratégias de campo e o debate sobre os lugares de enunciação do pesquisador necessitam ser considerados com parte do campo e da análise das informações interpretadas. E mesmo

¹ “Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.” Simpósio Especial 015 *Transnacionalidade, pesquisa de campo e visualidades*. Paula Morgado Dias Lopes (USP), Alexandre Fleming Câmara Vale (UFC)

² Contato: ddbarros@usp.br

que diversos autores tenham trabalhado sistematicamente nas últimas décadas (BOURDIEU, CLIFFORD, MARCUS, FISHER, GEERTZ, ROSALDO, DUARTE de CARVALHO, OLIVEIRA entre outros) sobre tais questões, há ainda lugares silenciados e outros que exigem atenção permanente.

Manter atitude cautelosa é, muitas vezes, antitética à imagem do êxito; em princípio o/a pesquisador/a ocupa o lugar da autoridade e de conhecedor do seu campo (CLIFFORD, 2008). As fragilidades, ambivalências, ambiguidades das relações e a clivagem de interesses mantêm-se usualmente separadas, disfarçadas ou negadas no universo dos resultados.

Retorno à problematização da etnografia

Há uma série de fatores que fazem a diferença de base (e conflito) entre interesses do universo que gera a própria pesquisa/pesquisadora e a demanda dos/as colaboradores/as do estudo, notadamente, no trabalho de campo. Os projetos de pesquisas são desenhados distantes do campo, respondendo a interesses e dinâmicas da academia e/ou do tipo de debate suscitados pelas experiências e contextos socioculturais dos pesquisadores. Pichon Rivière (1982) chama a atenção para os referenciais epistemológicos incorporados e semi-conscientes presentes tanto nas questões e perguntas que colocamos ao real como nas estratégias preferências encontradas para as responder. O autor desenvolve o conceito de *esquema referencial operativo* que está ligado à resistência ao novo e à mudança devido ao conjunto de experiências, conhecimentos prévios – muitas vezes acompanhados de sentimento de verdade – e afetos que formam as bases afetivas e da ação do indivíduo. Encontramos preocupação semelhante em Pierre Bourdieu (1990), quando enfatiza a formação e o papel do *habitus* - ou seja, disposições (subjetividades socializadas) - como guiam das práticas de seus atores na busca de se chegar a alcançar objetivos segundo seu próprio capital simbólico.

A reflexão que buscamos realizar – que foi objeto de discussão anterior com os colegas Marina Berthet e Knut Graw – detêm-se na perspectiva do olhar a si mesmo em todo o processo da pesquisa, do flexionar-se e, de uma forma ou de outra, ao retorno à problematização sobre a autotransformação durante suas próprias ações. Busca-se, então submetê-las a uma análise crítica. O retorno de observação ou descrição na observação ou descrição de si próprios, faz-nos transitar de uma epistemologia da antropologia à

reflexão que assume a forma de uma "uma etnografia da etnografia" com sugere Clifford ou, com diria Bourdieu a uma "sociologia da sociologia".

O programa de uma antropologia cognitiva reflexiva, conforme discutido por Bourdieu (2003, p.48) - fundamentado na ideia de que a objetivação do sujeito da objetivação -, permite submeter a uma vigilância crítica os instantes e os “primeiros movimentos” do pensamento, pelos quais o impensado, associado a uma época, a um estado do campo antropológico, pode passar como contrabando no interior do trabalho do pensamento (BOURDIEU, 2003, p. 49). Diz ele:

“Como de fato não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar públicas conversas privadas, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas? Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança. Devíamos, pois, cuidar primeiramente de proteger aqueles que em nós confiaram (especialmente mudando, muitas vezes, as indicações, tais como nomes de lugares ou de pessoas que pudessem permitir sua identificação); mas convinha também, e acima de tudo, procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção, aos desvios de sentido” (BOURDIEU 1997, p.9).

O objeto da objetivação participante, desta maneira, é o mundo social que fez o antropólogo e a antropologia conscientes ou inconscientes em relação àquilo que ele atualiza em sua prática antropológica, não somente seu meio de origem, mas também, e sobretudo, sua posição particular no microcosmo dos antropólogos.

“A objetivação participante se dá como objeto a ser explorado, não a ‘experiência vivida’ do sujeito do conhecimento, mas as condições sociais de possibilidade (seus efeitos e limites) desta experiência e, mais precisamente, o ato de objetivação” (BOURDIEU 2003, p.44).

Bourdieu compreende a objetivação participante como método que se distancia tanto da observação participante quanto da reflexividade pós-moderna, remetendo à busca do inconsciente histórico (ou transcendental acadêmico) que o pesquisador traz com ele em seu trabalho de objetivação científica. A objetivação participante constitui-se na objetivação do próprio pesquisador, ou seja, o sujeito da objetivação de Bourdieu (2003, p.43), uma vez que a prática científica é guiada por pré-noções cujas condições sociais de produção, assim como as condições sociais do agente social que as coloca em

ato são exercem influência sobre a produção do conhecimento (BOURDIEU 2003, p.44). É nessa abordagem que podemos admitir que objetos de estudo, métodos – e suas bases teóricas - possuam ligações com esse conjunto de estruturas cognitivas e são informadas pela interdependência dos indivíduos no mundo social.

Com base na reflexão sobre as atividades de campo realizadas pelas pesquisadoras durante mais de 20 anos em viagens reiteradas de tempo variando entre dois meses a dois anos, introduzo uma discussão sobre as formas de interação que emergiram em dois contextos e os resultados para o próprio conhecimento, realizados na região Dogon da República do Mali. Quais tipos de solicitações que emergiram e de que forma suas perspectivas e seus projetos deslocaram as pesquisadoras e/ou a pesquisa e redefinem/interrogam a noção de autoria?

Nesta apresentação trazemos uma discussão teórica para oferecer a perspectiva de análise e apresentamos duas situações retiradas da experiência de campo.

Sobre os estudos na região Dogon: uma antropóloga brasileira no Mali

Minha trajetória de pesquisadora brasileira, trabalhando em território de hegemonia europeia, suscita outro conjunto de indagações sobre a ressignificação do trabalho de campo, desta vez em meio acadêmico. O pressuposto do “mérito” acadêmico cujos parâmetros de qualidade são apresentados como universais continuam a ser predominantemente favorecendo uma epistemologia que borram ou apagam o contexto político, cultural e linguístico de produção. Do mesmo modo, a repartição entre os espaços de pesquisa de campo/escrita e sua discussão em fóruns acadêmicos escondem a geografia de poder entre academia e seus “territórios”. Fazer pesquisa no oeste ou norte do continente africano, sobretudo entre os Dogon, deixou-me frequentemente diante da curiosidade e mesmo da desconfiança de colegas. Mas porque África? Porque os Dogon? Há uma descontextualização, como entendê-la e quais consequências afetam o próprio debate antropológico? Estaria a antropologia brasileira condenada a ser uma antropologia do Brasil? As fronteiras da produção do conhecimento e de sua difusão sugerem a persistência de uma desqualificação que constitui a outra face da hegemonia Europeia e Norte Americana. Elas cindem os lugares de enunciação e decretam sua localização como antítese do global; o local é o Outro.

A dimensão local joga em minha trajetória um papel multifacetado seja na condição de antropóloga brasileira trabalhando em “território” atribuído aos franceses, canadenses, norte-americanos, seja na perspectiva de subalternização das sociedades africanas, ainda vigente. Isto me conduziu a uma reflexão sobre as existências consideradas locais de Songho, sobre as quais recaem atributos que formam pontos de fixação do discurso sobre os Dogon (mas não apenas) como ruralidade, tradicional, apego à conservação, sociedade ritual.

As pesquisas que realizamos em Songho iniciaram-se em 1993 sobre a compreensão e o tratamento da loucura. Posteriormente, em 2000, passamos a realizar um programa de estudo sobre mudança social em que a migração sazonal constitui um dos focos de análise. E foi no contexto do estudo sobre a migração que fui procurada em 2001 por um jovem de nome Soumaïla. Disse ele que desejava fazer um filme: gostaria de contar uma história. Explicou que como estávamos sempre filmando, acreditava que poderíamos fazer seu filme. Naquele momento expliquei as dificuldades e que não poderia realizar o filme, pelo menos, imediatamente ainda que o argumento fosse para mim muito interessante. A narrativa era centrada num jovem que migrava da aldeia para a capital: seus anseios, desafios, dilemas, conquistas e dificuldades.

A parti do final dos anos 1990 modifiquei o foco dos estudos no Mali, voltando a atenção para a mudança sociais vinculada à mobilidade de pessoas e objetos a partir de Songho, à religiosidade e ao turismo na região.

Em 2003, preparei em colaboração com Gianni Puzzo, um trabalho de campo no Mali tendo a proposta de Soumaila como parte das possibilidades. Para mim, constituiria uma modalidade de coleta de dados, de produção privilegiada de discussão sobre o imaginário em torno da migração e ocasião para conhecer desdobramentos de situações concretas da presença dos jovens na capital, Bamako. Faríamos o filme a partir do argumento de Soumaila e roteiro que deveria respeitar suas propostas e as discussões dos participantes de cada cena. A língua seria a de Songho (*enje ge domu*) a ser traduzida por um dos colaboradores que foi também diretor de atores, Allaye Yanoge. Todo o elenco foi escolhido por Soumaila e Allaye. Este último é um animador cultural, envolvido com a organização de grupo de teatro e apresentação de coletivos para apresentação de músicas e danças.

Ganda Amaji ou Sonhar a cidade: resultado ou fonte?

Sonhar a cidade é um exemplo do esforço coletivo de construir pertencimentos múltiplos entre a Songho e Bamako. É também a tradução de Ganda Amaji, título atribuído a uma narrativa fílmica realizada no Mali entre 2003 e 2005. Este processo é evocado aqui a fim de construir dois conjuntos de questões.

Um teórico a cerca da abordagem sobre a contemporaneidade em sua dupla dimensão de ser local e ser universal; em sua singularidade e uma possibilidade do geral, da aventura humana. A pluralização abre espaço para todos, fazendo emergir os descentramentos e as margens. O outro, o segundo conjunto, deriva de um debruçar-se sobre o lugar de uma pesquisadora brasileira em África de expressão francesa, território de uma etnologia clássica e historicamente europeia, sobretudo francesa.

A temática do filme é a migração contemporânea a partir de uma localidade Dogon para a cidade, neste caso, Bamako, capital do país. Entretanto é importante destacar aqui que a migração na história dogon é um fenômeno presente mesmo em sua constituição, uma migração que partiu do Mande integra o discurso de formação de sua unidade. Dogon é nome atribuído a uma formação social da República do Mali, na África Ocidental. Eles ocuparam a região que vai desde os penhascos de Bandiagara, no sudoeste do Níger. São principalmente os agricultores (principalmente mileto), pastores e ferreiros, mas com intensa atividade turística. Eles ficaram conhecidos pela escultura, rituais (sobretudo de fim de luto) e pela pesquisa, sobretudo etnográfica ligada à cosmogonia.

Desde o período colonial, já havia jovens que deixavam Songo (localidade do planalto Dogon com cerca de 2 mil habitantes) em setembro e voltavam em junho do ano posterior ou que distanciaram por períodos maiores que dificilmente ultrapassava cinco anos sem que alguém de família fosse buscá-lo a fim de assumir responsabilidades sociais. A distância, mesmo de anos, não era interpretada como transferência definitiva e nem era admitida desta maneira pelos mais velhos os quais terminavam impondo, em grande parte das situações, sua decisão de trazer de volta a pessoa que havia migrado. A migração era feita por alguns indivíduos. Com o passar do tempo, porém, aqueles que foram se fixando facilitaram a chegada de outros.

O fenômeno da migração caracterizado por deslocamentos individuais ou em grupos de jovens motivados, sobretudo por períodos de seca que ocorreram nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e pelos meses de estiagem, não é recente. Entretanto, a intensidade e as formas em que estas migrações têm se modificado rapidamente nos

últimos trinta anos: passando de migração periódica ao êxodo permanente, de evento raro a atividade obrigatória de jovens, tanto de homens como mulheres.

Nas décadas de 1970 e 1980, as migrações masculinas tinham como destinos preferenciais o Gana e a Costa do Marfim. Mas, já em meados da década de 1990 a capital Bamako, passou se a constituir em destino preferencial dos jovens (homens e mulheres). As primeiras mulheres a migrar, viajaram para encontrar seus maridos, entretanto, a partir de 1981, as meninas começaram a viajar com seus maridos após o dote (cerca 14 anos) e com o passar dos anos e as dificuldades crescentes, elas começaram a migrar independentemente dos homens.

O filme desenvolvia-se no mesmo contexto de questões – o movimento de pessoas para Bamako – e sua narrativa desenrolava-se no tempo presente (2003), dialogando diretamente com as entrevistas que havia realizado no momento do campo anterior (2000-2001). As cenas foram realizadas em Songho (antes e depois do retorno da viagem do jovem protagonista) e em Bamako. Além dos diálogos que foram em grande parte improvisadores por cada ator tendo como referência a ideia geral da cena e de seu contexto, as locações e participações secundárias – com uma exceção – eram pessoas de Songho. Eram todos migrantes que ali trabalhavam no contexto de atividade sazonal ou, que havia se instalado na capital com atividade econômica específica.

Mas como foi que Soumaila concebeu o filme? O que o motivou? (entrevista de 9 de janeiro de 2009). Diz ele:

— “...a ideia de trabalhar sobre o filme pode ser que já estive em minha mente, mas a ideia principal que tive começou talvez com um sonho” ‘sonhei que me encontrava preso numa mata fechada, ela tinha um vestido todo branco e pergunta: __ o que faz aqui? __ Ah eu estou aqui, preso e não consigo sair. Eu procuro alguém que irá me salvar. Então, ele jogou um tecido branco em forma de corda. Ela puxou e o tirou dali. __ Se me ver novamente, irá me reconhecer? __ Sim. __ Se é assim, a chave de sua vida esta comigo. Se eu abrir, você terá sua vida aberta; se fechar, ela também se fecha.

Como definir o filme *Ganda amaji*? Seria parte de um processo de metodologia participativa no contexto de uma antropologia partilhada? Forma de retornar à comunidade os resultados de um trabalho? Creio que recupera todas estas dimensões e acrescenta algo diverso.

O imperativo da interpretação apresenta-se no trabalho etnográfico de forma inelutável, já que o/a pesquisador/a não é o único a produzir interpretações sobre grupos sociais, comunidades ou sobre os sentidos de trajetórias pessoais.

Nesta metodologia ao mesmo tempo de construção de uma narrativa fílmica e de pesquisa etnográfica as reflexões e interpretações sobre sua realidade caminham ao mesmo tempo em dimensões paralelas, podendo ou não dialogar. Exige para isto que a própria pluralidade de perspectivas transforme-se em centro de atenção e de análise.

O projeto de Soumaila em *Ganda amaji*, move-se no interior de um universo de interlocução que possui interconexões, mas não coincide com aquele da pesquisadora.

Durante o trabalho etnográfico, como foi sugerido por Schmidt (2006), o pesquisador faz um percurso de interpretação diferente do colaborador. Para a pesquisadora, na situação de campo,

(...) pesquisador e colaborador fazem um esforço intelectual, cognitivo e afetivo de mútua compreensão, negociando a pertinência de determinadas temáticas, aprofundando a exposição de modos de sentir e de pensar, retomando aspectos lacunares, obscuros ou intrigantes dos relatos e das observações e reasentando, sempre que necessário, uma espécie de contrato ou pacto de trabalho compartilhado. (p. 37)

As subjetividades produzidas nessas trocas frequentemente desiguais, fazem parte de um campo de construções de verdades. Além da dimensão e dos interesses individuais, somos como quer Rosaldo (1984), sujeitos posicionados: nossos enunciados carregam em si histórias coletivas que interagem e modificam as maneiras pelas quais percebemos e como somos percebidos por nossos interlocutores. Como enfatiza Clifford (1998), os textos etnográficos são orquestrações de trocas polifônicas em situações politicamente carregadas.

Minhas pesquisas, baseadas em situações consideradas como « locais », exigiram uma reflexão sobre o contemporâneo que os assumissem como lugares de modernidade, dentro de uma perspectiva e uma dinâmica que também se interrogue sobre o que é o contemporâneo em seus próprios termos. *Ganda amaji*: é uma de suas expressões, lugares vivos de memória diversa e plural (NORA, 1984), de alteridades (AUGÉ, 1997), evidenciando os entrelaçamentos de modernidades e rejeitando as reinvenções do exótico. A mobilidade como paradigma conjuga as localidades e globalidades, sem contundo desconstruir as hierarquias.

O desafio é igualmente compreender as elaborações de questões translocais às quais as sociedades devem fazer face, considerando suas respostas e criatividade. Interessa conhecer como são percebidas as questões de desafios comuns às sociedades contemporâneas (considerando os sujeitos individuais e coletivos). O local é, portanto, simultaneamente a construção de uma perspectiva, de um ponto de vista de observação,

portanto um lócus de diálogo, ainda que em interações silenciosas ou silenciadas de experiências históricas contemporâneas. É espaço da margem e da liminaridade.

Espaços e sociedades da margem ou à margem. Portanto, a coexistência de práticas sociais diferenciadas parece gerar processos de reorganização social diante de tensões e conflitos que emergem de dinâmicas endógenas e exógenas. A margem é aqui pensada também como marginal, aquilo que escapa à compreensão clássica, como negatividade, mas igualmente como liminaridade e como alteridade total de e para a reflexão. Quem sabe? Quem conhece? Quem detém o direito do saber?

Ainda é preciso desconstruir a arquitetura política e teórica que associa linearmente o local e o subalterno e a conservação, ou seja, o campo do negativo. Ruy Duarte de Carvalho (2003, p.91) conta que de passagem por Lisboa é interpelado em seu trabalho sobre os pastores do sul de Angola: “Você, afinal, ocupa-se de coisas, de configurações e de situações, tão localizadas que para nós nem Angola é... Angola, mesmo, é miséria, confusão, conflito, armas e roque”. Achille Mbembe (2010, p.227) critica a insistência em se pensar as artes africanas a partir de uma oposição entre origem e movimento, enfatizando que a histórica cultural do continente não pode ser pensada fora do paradigma da itinerância, da mobilidade e do deslocamento.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. *Les guerres des rêves. Exercices d'ethno-fiction*. Paris, Seuil, 1997.
- BOURDIEU P. & WACQUANT L. *Pour une anthropologie réflexive*, Réponses, Paris, Seuil, 1992.
- BOURDIEU, P. “L’Objectivation Participante”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 150:43-58, 2003.
- BOURDIEU, P.. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes. 1987.
- CARVALHO, R.D. de. *Actas da Maianga...dizer das guerras, em angola...* Lisboa, Cotovia, 2003.
- CLIFFORD J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura na século XX*. Rio de Janeiro, Editora URFJ, 2008.
- CLIFFORD J. & MARCUS G., *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press, 1986.
- MARCUS, G. & FISCHER, M. (1986), *Anthropology as cultural critique*. Chicago University Press.
- MBEMBE, A. *Sortir de la grande nuit*. Paris, La Découverte, 2010.
- MORIN, E. *Método I: a natureza da natureza*. Mira Sintra: Europa-América, 1987.
- NORA, P. *Présentation*. In NORA, P.(dir), *Les Lieux de Mémoire*, vol.I. Paris, Editions Gallimard, 1984.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- ROSALDO, R. “Grief and the heahunter’s rage”. In BRUNER, J. (ed.) *Text, play and story*, 178-195. Washinton, American Ethnological Society, 1984.

Resumo

A discussão se faz a partir de processo de inquietações e questionamentos que emergem das acumulações que se manifestam em solicitações dirigidas aos pesquisadores, solicitações que podem se intensificar ou modificar-se no trabalho etnográfico de longa duração. Trata-se de discutir: 1) como se estabelece o contrato e as negociações de interesses - nem sempre convergentes - entre pesquisadores e colaboradores, individualmente e coletivamente. 2) como nos classificam, como compreendem o que realizamos? 3) Quais os sentidos que a pesquisa e a presença do/a pesquisador/a - informados pela interdependência no mundo social em reiteradas viagens ao longo de diversos anos - adquirem em suas vidas e em seus espaços sociais. A reflexão focaliza em especial, a realização do filme Ganda Amaji (“sonhar a cidade”) no Mali no contexto de trabalho de pesquisa sobre mobilidade da juventude na localidade de Songho (região Dogon). Partimos do argumento de Soumaila Karambé e de roteiro construído no processo, pois se deveria respeitar as propostas e discussões dos participantes de cada cena, realizadas em Songho e em Bamako (capital do país). Os diálogos foram em grande parte improvisados por cada ator/atriz tendo como referência a ideia geral da cena e de seu contexto. Vivíamos todos/as, uma experiência de mobilidade e de interrogação sobre os sentidos do local.

Palavras-chave pesquisa de campo, Dogon, visualidades.